



SEÇÃO: FILOSOFIA & INTERDISCIPLINARIDADE

## Desumanização e a banalidade do mal: uma análise a partir da literatura de testemunho de Primo Levi e da narrativa histórica de Hannah Arendt

*Dehumanization and the banality of evil: an analysis based on Primo Levi's literature of testimony and Hannah Arendt's historical narrative*

*Deshumanización y banalidad del mal: un análisis a partir de la literatura testimonial de Primo Levi y la narrativa histórica de Hannah Arendt*

**Leonardo Delatorre Leite<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-8276-2436](https://orcid.org/0000-0001-8276-2436)  
[leonardoleite1998@usp.br](mailto:leonardoleite1998@usp.br)

**Gerson Leite de Moraes<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-8464-983X](https://orcid.org/0000-0002-8464-983X)  
[gerson.moraes@mackenzie.br](mailto:gerson.moraes@mackenzie.br)

**Recebido em:** 2 jan. 2023.

**Aprovado em:** 23 ago. 2023.

**Publicado em:** 08 dez. 2023.

**Resumo:** O presente artigo apresenta como intuito primordial uma exposição acerca da temática da desumanização presente na literatura de testemunho de Primo Levi (1919-1987) e nas reflexões de Hannah Arendt (1906-1975), sobretudo em sua obra *Eichmann em Jerusalém*. A investigação acerca do fenômeno da desumanização no universo concentracionário nazista será realizada, primordialmente, a partir de sua relação com a tese da banalidade do mal, que aborda a impessoalização e a perda da consciência moral como integrantes do projeto totalitário de supressão da individualidade e da banalização da barbárie. Numa primeira análise, foi estabelecida uma breve ponderação sobre os principais aspectos do "mal banal" na perspectiva da narrativa histórica de Arendt e de que forma tais elementos dialogam com a despersonalização. Em seguida, a temática da desumanização foi analisada propriamente na literatura primoleviana. Por fim, foi traçado um paralelo entre os dois autores, atestando, de forma categórica, um vínculo direto entre o totalitarismo, a proliferação da banalidade do mal e a desumanização. Fundamentado sob a metodologia de abordagem dedutiva, o presente trabalho foi construído com a utilização de fontes bibliográficas.

**Palavras-chave:** Primo Levi; Hannah Arendt; desumanização; banalidade do mal; totalitarismo.

**Abstract:** This article presents as its main purpose an exposition about the theme of dehumanization present in the testimonial literature of Primo Levi (1919-1987) and in the reflections of Hannah Arendt (1906-1975), especially in her work *Eichmann in Jerusalem*. The investigation about the phenomenon of dehumanization in the Nazi concentrationist universe will be carried out, primarily, from its relationship with the thesis of the banality of evil, which addresses the impersonalization and the loss of moral conscience as parts of the totalitarian project of suppression of individuality and the banalization of barbarism. In a first analysis, a brief consideration of the main aspects of "banal evil" was established from the perspective of Arendt's historical narrative and how these elements dialogue with depersonalization. Next, the theme of dehumanization was analyzed exactly in Primolevian literature. Finally, a parallel between the two authors was drawn, attesting, in a categorical way, a direct link between totalitarianism, the proliferation of the banality of evil, and dehumanization. Based on the methodology of deductive approach, the present work was built with the use of bibliographic sources.

**Keywords:** Primo Levi; Hannah Arendt; dehumanization; banality of evil; totalitarianism.

**Resumen:** Este trabajo presenta como propósito principal una exposición sobre el tema de la deshumanización presente en la literatura testimonial de Primo Levi (1919-1987) y en las reflexiones de Hannah Arendt (1906-1975), especialmente en su obra *Eichmann en Jerusalén*. La investigación sobre el fenómeno de la



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), São Paulo, SP, Brasil.

deshumanización en el universo concentracionario nazi se realizará, principalmente, a partir de su relación con la tesis de la banalidad del mal, que aborda la impersonalización y la pérdida de la conciencia moral como parte del proyecto totalitario de supresión de la individualidad y banalización de la barbarie. En un primer análisis, se hizo una breve consideración de los principales aspectos del "mal banal" desde la perspectiva de la narrativa histórica de Arendt y de cómo estos elementos dialogan con la despersonalización. A continuación, se analizó adecuadamente el tema de la deshumanización en la literatura primoleviana. Por último, se estableció un paralelismo entre ambos autores, atestiguando, de forma categórica, un vínculo directo entre el totalitarismo, la proliferación de la banalidad del mal y la deshumanización. Fundamentado en la metodología de abordaje deductivo, el presente trabajo se ha construido utilizando fuentes bibliográficas.

**Palabras clave:** Primo Levi; Hannah Arendt; deshumanización; banalidad del mal; totalitarismo.

## Introdução

A temática de desumanização constitui um dos aspectos centrais da literatura judaica do holocausto<sup>2</sup>. Numa primeira análise, o tema da despersonalização tipifica um traço essencial na literatura da memória<sup>3</sup> construída pelos testemunhos dos sobreviventes dos campos de extermínio, pois discorre, de forma categórica, sobre a degradação holística da dimensão axiológica da dignidade da pessoa humana. Por certo, um dos autores cruciais para a compreensão do processo de perda da subjetividade empreendido pelo totalitarismo nazista é Primo Levi (1919-1987), italiano de origem judaica, químico de formação e um dos sobreviventes de Auschwitz. A literatura de testemunho de Levi é imprescindível para um entendimento efetivo das estratégias dos campos de concentração para a promoção de uma gradual destruição da dignidade humana e dos "traços civilizatórios".

Ademais, é premente compreender que a desumanização constituía um dos projetos centrais

do totalitarismo, regime político caracterizado pela atuação total do Estado na sociedade, ou seja, pela extensão do controle do poder político à esfera pública e às instituições privadas. Acerca do paralelo entre a despersonalização e o fenômeno do totalitário, as reflexões da pensadora alemã Hannah Arendt ocupam um lugar de proeminência.

Sua obra *Eichmann em Jerusalém*, uma narrativa histórica<sup>4</sup>, é fruto das análises e ponderações da autora acerca do julgamento de Adolf Eichmann, um dos funcionários encarregados pela chamada "solução final", o extermínio em massa dos judeus. Após os eventos da Segunda Guerra, ele se refugiou em Buenos Aires, mas foi capturado em 1960 pelo Mossad (Instituto para Inteligência e Operações Especiais de Israel). Em seguida, foi levado para ser julgado em Jerusalém em razão de sua participação nas atrocidades empreendidas pelo governo nazista. Arendt foi contratada pela revista *The New Yorker* para realizar a cobertura jornalística do julgamento.

As reflexões levantadas pela pensadora foram paradigmáticas, visto que contribuíram para uma ruptura em relação a uma ideia maniqueísta concernente aos atos funestos do totalitarismo. A tese da banalidade do mal levantada por Arendt dialoga com a temática da desumanização apresentada e desenvolvida por Primo Levi. Nesse sentido, uma abordagem comparativa entre a narrativa histórica da filósofa alemã e da literatura de testemunho de Levi favorece um maior esclarecimento sobre as nuances e os aspectos do projeto totalitário, bem como das estratégias para evitar a ascensão de regimes políticos contrários ao princípio da dignidade da pessoa humana.

<sup>2</sup> Importante destacar que o holocausto também simbolizou a destruição da cultura judaica europeia, ou seja, implicou uma "morte cultural" e, por conseguinte, a massificação da comunidade judaica, que perdeu sua grande e notável heterogeneidade.

<sup>3</sup> Para Irving Howe, além da temática da desumanização, a literatura do holocausto engloba os seguintes elementos: a questão da preservação do ser, isto é, as estratégias físicas e mentais para a sobrevivência num ambiente hostil e degradante; o drama moral, ou seja, o enfrentamento de dilemas éticos e o estabelecimento de limites principiológicos por parte dos prisioneiros numa tentativa de evitar a perda da qualidade de "pessoa"; a literatura da memória; o abismo referente ao antes e ao depois da experiência da despersonalização e, por fim, a consciência do mundo perdido, cujos traços estão presentes na ausência do "retorno ao lar", temática crucial da literatura ocidental segundo o pensador conservador Roger Scruton. Ademais, Howe demonstra certo ceticismo em relação à possibilidade de uma literatura fictícia do holocausto, pois a ficção exige um desfecho, a resolução de um problema e uma determinada "ordenação da realidade", aspectos que estão ausentes no mundo pós-Segunda Guerra, caracterizado por cicatrizes profundas (HOWE, 1999).

<sup>4</sup> "Por tratar-se de registro escrito da história narrada pela autora, conforme a sua memória estabelecida através da escrita do seu próprio passado. A narrativa se insere na ciência da História" (PRESOT, 2013, p. 2).

## 1 A banalidade do mal e a despersonalização

Numa primeira análise, é importante uma breve explicação sobre os traços essenciais do pensamento político de Hannah Arendt e de suas ponderações sobre a banalidade do mal. Para a pensadora em questão, o totalitarismo<sup>5</sup> é historicamente explicável<sup>6</sup>, sendo os seus “elementos subterrâneos” tipificados pelo racismo<sup>7</sup>, pelo imperialismo, pelo militarismo e antisemitismo. No período entreguerras<sup>8</sup>, a conjugação dos fatores supracitados implicou a ascensão de regimes centrados num profundo desprezo pela individualidade, pelos direitos individuais, pelo “ódio ao diferente” e pelos valores democráticos. Segundo Arendt, os traços nevrálgicos do totalitarismo, os quais representam os seus maiores perigos, são a impessoalização, a ascensão e a manipulação das massas e, por fim, a atomização social.

Em *As origens do totalitarismo*, especialmente no capítulo intitulado *Ideologia e Terror: uma nova forma de governo*, aborda aspectos que formam a essência do totalitarismo, uma forma de opressão política que é completamente diferente de outras formas opressivas já conhecidas, tais como o

despotismo, a tirania e a ditadura. Na expectativa de apontar as singularidades do totalitarismo, a autora destaca que este não opera a partir da ausência de leis, muito pelo contrário, pois sua essência se funda ou nas leis da Natureza ou da História.

A afirmação monstruosa e, no entanto, aparentemente irresponsável do governo totalitário é que, longe de ser “ilegal”, recorre à fonte de autoridade da qual as leis positivas recebem a sua legitimidade final; que, longe de ser arbitrário, é mais obediente a essas forças sobre-humanas que qualquer governo jamais o foi; e que, longe de exercer o seu poder no interesse de um só homem, está perfeitamente disposto a sacrificar os interesses vitais e imediatos de todos à execução do que supõe ser a lei da História ou a lei da Natureza. O seu desafio às leis positivas pretende ser uma forma superior de legitimidade que, por inspirar-se nas próprias fontes, pode dispensar legalidades menores (ARENDR, 2012, p. 613).

Desde a Antiguidade, o debate sobre qual seria a fonte de autoridade para embasar as leis positivas acabou gerando debates intermináveis, a Natureza e as Divindades disputavam o espaço nesse campo de batalhas retóricas. A finalidade de estabelecer leis para os seres humanos, vistos como mutáveis em seus comportamentos

<sup>5</sup> O estudo do totalitarismo constitui um tema eminente para as discussões da ciência política. Vários autores dedicaram inúmeros escritos e obras para reflexões acerca do fenômeno totalitário, entre os quais: Hannah Arendt (1906-1975), Ernst Cassirer (1874-1945), Eric Voegelin (1901-1985), Friedrich Hayek (1889-1992) e Theodor Adorno (1903-1969). Arendt explica o totalitarismo a partir da concepção da banalidade do mal. Por sua vez, Adorno desenvolve conceitos como racionalidade instrumental e Indústria Cultural. Voegelin se vale de ideias como fé metastática, religiões políticas e imanentização escatológica para explicar as raízes do totalitarismo. Uma reflexão interessante reside numa ponderação de George Orwell (2017, p. 70), a saber: “O que é realmente assustador quanto ao totalitarismo não é que cometa atrocidades, mas que agrida o conceito de verdade objetiva”. Sob essa perspectiva, o filósofo Michael Polanyi, opositor de uma visão instrumentalista e pragmática da ciência, afirma que os prolegômenos do Estado totalitário residem numa crise de sentido e na degradação axiológica advinda na negação humana de uma realidade transcendente. Sem uma garantia objetiva e transcendente de verdade, os indivíduos depositam no poder político suas esperanças. “A forma totalitária de Estado surge logicamente da negação da realidade desse reino das ideias transcendentais. Quando as fundações espirituais para toda a livre dedicação às atividades humanas – do cultivo da ciência ou do academicismo, da distribuição da justiça, da profissão de religião, do exercício da arte sem peias e da livre discussão política –, quando as razões transcendentais para todas essas atividades livres são sumariamente negadas, então o Estado se transforma necessariamente em herdeiro de toda a devoção do homem” (POLANYI, 2003, p. 88-89).

<sup>6</sup> Uma temática relevante para a literatura hebraica do holocausto reside na possibilidade de explicação do holocausto e dos males efetivados pelo nazifascismo. A ideia do campo de concentração como universo concentracionário, a ênfase na “maldade diabólica” dos nazistas e a gravidade da crueldade praticada pelo governo de Hitler contribuíram para a construção da impossibilidade teórica de explicação do holocausto, o qual muitas vezes foi compreendido como “um evento fora da história”. Para Arendt, a conjugação dos elementos subterrâneos do totalitarismo na conjuntura do período entreguerras e a banalidade do mal favorecem uma elucidação histórica do holocausto. Yehuda Bauer, historiador israelense, afirma que o holocausto é um evento único e inédito em razão de inúmeros fatores, tais como: a sistematização, a escala industrial e “a eliminação pela eliminação”, ou seja, a ausência de propósitos para o extermínio em massa (BAUER, 2001).

<sup>7</sup> “Já em *Origens do totalitarismo*, Arendt associou duas ideologias à dissolução do que ela chamou de ‘ideal de humanidade’: de um lado, o racismo, de outro lado, o nacionalismo tribal. O racismo imperialista demoliu a ideia da origem comum da espécie humana e dividiu a humanidade entre raças inferiores e superiores [...] resultando na ‘exclusão em princípio da ideia de humanidade como o único conceito regulador da lei internacional’, com a consequente dissolução do ‘princípio de igualdade e solidariedade de todos os povos, garantido pela ideia de humanidade [...]’ (CORREIA, 2023, p. 130-131).

<sup>8</sup> O período entreguerras foi um cenário de incertezas e tentativas dos países europeus de superação das mazelas deixadas pela Primeira Guerra Mundial. A Alemanha sofreu uma derrota humilhante, consumada pelas imposições do Tratado de Versalhes, que favoreceu um certo sentimento de “revanchismo”, facilmente aproveitado por discursos autoritários. Ademais, a Crise de 1929 potencializou a desconfiança da população no liberalismo e nas teses democráticas. A conjugação de crises políticas, sociais e econômicas foi fundamental para o crescimento do ceticismo em relação aos elementos republicanos. Tais fatores possibilitaram a ascensão de regimes ditatoriais.

e atitudes, era gerar elementos estabilizadores para os constantes movimentos humanos. A inovação do totalitarismo se dá porque todas as leis tornam-se leis de movimento. Hannah Arendt assim argumenta sobre esse princípio totalitário.

Na interpretação do totalitarismo, todas as leis se tornam leis de movimento. Embora os nazistas falassem da lei da natureza e os bolchevistas falem da lei da história, natureza e história deixam de ser a força estabilizadora da autoridade para as ações dos homens mortais; elas próprias tornam-se movimentos. Sob a crença nazista em leis raciais como expressão da lei da natureza, está a ideia de Darwin do homem como produto de uma evolução natural que não termina necessariamente na espécie atual de seres humanos, da mesma forma como, sob a crença bolchevista numa luta de classes como expressão da lei da história, está a noção de Marx da sociedade como produto de um gigantesco movimento histórico que se dirige, segundo a sua própria lei de dinâmica, para o fim dos tempos históricos, quando então se extinguiu a si mesmo. A diferença entre a atitude histórica de Marx e a atitude naturalista de Darwin já foi apontada muitas vezes, quase sempre com justiça, a favor de Marx. Isso nos leva a esquecer o profundo e positivo interesse de Marx pelas teorias de Darwin; para Engels, o maior cumprimento à obra erudita de Marx era chamá-lo de "Darwin da história" (ARENDDT, 2012, p. 615-616).

O século XIX presenciou uma mudança intelectual importante, pois a mentalidade da época se recusava a enxergar a situação de maneira estática (talvez uma influência decisiva da dialética hegeliana), optando em interpretar tudo como um estágio que antecedia algo maior e mais estruturado que viria na sequência. É nesse sentido que a ideia de "lei" deve ser compreendida, pois foi abandonada a noção de lei como estabilidade para ser a expressão do próprio movimento. Pode-se afirmar que o terror é a essência do domínio totalitário<sup>9</sup>. É o terror que tem como objetivo tornar possível à força da natureza ou da história o espalhar-se sem limites. O terror é

a realização da lei do movimento. Tal movimento seleciona os inimigos a serem combatidos e por meio do terror são eliminados como classe indesejada ou raça inferior. É claro que Hannah Arendt tem em mente os regimes totalitários, tanto do comunismo quanto do nazismo. O terror atuará como servo obediente do movimento natural ou histórico. Hannah Arendt usa uma imagem muito forte ao dizer que o terror cria uma espécie de "cinturão de ferro" que tem por finalidade destruir a pluralidade dos homens, transformando todos numa massa que age como se fosse "Um-Só-Homem". Usando o medo como um critério de ação, os governos totalitários selecionam as vítimas e os carrascos de uma forma objetiva, levando em consideração o estereótipo físico, mostrando de forma evidente como a natureza atuava na seleção entre os que viveriam e os que seriam condenados.

É nesse ambiente em que o corpo político tem como essência o próprio terror que a ideologia ocupa um papel central. A relação entre terror e ideologia se torna profícua e profundamente perniciosa. Para Hannah Arendt, as ideologias são históricas e com interesses palpáveis, mesmo que busquem explicar a história de maneira definitiva através de alguma lei da natureza. As ideologias transformam uma ideia em premissa e as explicações são deduções lógicas desse movimento. É como se uma única ideia fosse suficiente para explicar todo mistério que esteve oculto aos olhos dos seres humanos por longínquos tempos. As ideologias criam uma cosmovisão explicativa que dá conta de toda a realidade e inibem o ato de pensar criticamente, que passa a ser visto como algo perigoso e passível de ser perseguido e, conseqüentemente, punido. É verdade que toda ideologia contém elementos totalitários, mas estes só ganham vida de forma plena em

<sup>9</sup> É importante ressaltar também a centralidade do papel de cumprimento da lei inclusive nos julgamentos. Os governantes reivindicam o título de meros cumpridores de leis históricas ou naturais. "Culpa e inocência viram conceitos vazios; 'culpado' é quem estorva o caminho do processo natural ou histórico que já emitiu julgamento quanto às 'raças inferiores', quanto a quem é 'indigno de viver', quanto a 'classes agonizantes e povos decadentes'. O terror manda cumprir esses julgamentos, mas no seu tribunal todos os interessados são subjetivamente inocentes: os assassinados porque nada fizeram contra o regime, e os assassinos porque realmente não assassinaram, mas executaram uma sentença de morte pronunciada por um tribunal superior. Os próprios governantes não afirmam serem justos ou sábios, mas apenas executores de leis históricas ou naturais; não aplicam leis, mas executam um movimento segundo a sua lei inerente. O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História. O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as 'partes' em benefício do 'todo'" (ARENDDT, 2012, p. 618).

movimentos totalitários. Pode-se afirmar que há três elementos especificamente totalitários em todo pensamento ideológico.

Em primeiro lugar, na pretensão de explicação total, as ideologias têm a tendência de analisar não o que é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa. [...] A pretensão de explicação total promete esclarecer todos os acontecimentos históricos — a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro. [...] Em segundo lugar, o pensamento ideológico, nessa capacidade, liberta-se de toda experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer. Assim, o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade "mais verdadeira" que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la. O sexto sentido é fornecido exatamente pela ideologia, por aquela doutrinação ideológica particular que é ensinada nas instituições educacionais. [...] Em terceiro lugar, como as ideologias não têm o poder de transformar a realidade, conseguem libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração. O pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade (ARENDRT, 2012, p. 627-628).

Os governos totalitários conseguem transformar as ideologias em armas, pois ao isolar os seres humanos num cinturão de ferro, transformando-os em massa de manobra e impedindo-os de acessarem outro ponto de vista, a educação totalitária já não necessita insuflar convicções neles, pois já destruiu completamente os meios de se adquirir novas convicções. Agindo dessa forma, os governos totalitários embaçam o campo de visão e não permitem mais a distinção da realidade por meio do exame crítica das convicções<sup>10</sup>. Aqui, é premente destacar um paralelo com as ponderações de Adriano Correia sobre o julgamento de *Eichmann em Jerusalém*. O autor

supracitado comenta acerca da existência de um "sistema invertido" no totalitarismo, que implica o colapso dos padrões tradicionais de formulação de juízos e conceitos jurídicos.

A insistência durante o julgamento em apostar que a consciência de Eichmann o faria necessariamente perceber que a Solução Final seria algo manifestamente ilegal, que demandaria sua desobediência, seria mais um sinal do colapso dos padrões tradicionais de julgamento e dos conceitos jurídicos usuais ante o totalitarismo [...]. Em um "sistema invertido", não parece fazer sentido esperar que a consciência de Eichmann ou sua estimada condição de cidadão respeitador das leis o fizessem recusar a levar a cabo a Solução Final (CORREIA, 2023, p. 203).

O totalitarismo é uma nova forma de governo cuja essência é o terror e que tem como princípio de ação a lógica do pensamento ideológico, eis o ineditismo de tal forma de organização dos seres humanos.

O terror sistemático do totalitarismo [...] destruiu a individualidade ao incapacitar o sujeito a agir de modo livre e espontâneo. No lugar da visibilidade e da comunicação pertinente à esfera pública, o totalitarismo impôs os campos de concentração e o diálogo entre os cidadãos foi sufocado e amordaçado por "um cinturão de ferro", como dizia Arendt, que desfez a possibilidade de um espaço de encontro da pluralidade marcante das relações sociais, criando o homem da massa, fabricado para agir de acordo com o bando. O terror suprimiu o espaço que havia entre os homens e calou a comunicação, aniquilando, por completo, o político (TELES, 2019, p. 45-46).

A ação totalitária lida com seres humanos tornados desarraigados e supérfluos, perdendo a capacidade de estabelecer entre o "eu e o mundo", mediante a capacidade de pensar e sentir. Os fatos históricos e as experiências de combate ao totalitarismo não são suficientes para matá-lo definitivamente, pois, de tempos em tempos, ele renasce sob novas roupagens, mas usando as velhas estratégias de sempre<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Aqui é possível compreender o totalitarismo como "tragédia cognitiva". Nesse sentido, pondera Arendt: "Do mesmo modo como o terror, mesmo em sua forma pré-total e meramente tirânica, arruina todas as relações entre os homens, também a autocompulsão do pensamento ideológico destrói toda relação com a realidade. O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento)" (ARENDRT, 2012, p. 632).

<sup>11</sup> Acerca do totalitarismo como ameaça constante, afirma Arendt (2012, p. 639): "À parte estas considerações – que, como predições,

Até aqui, foi analisada a capacidade dos governos totalitários de conversão das ideologias em instrumentos para manipulação das massas. Com base no exposto, é premente prosseguir na elucidação dos elementos do totalitarismo expressos na impessoalização e atomização social, visto que tais aspectos totalitários serão cruciais para a compreensão do que vem a ser a desumanização promovida por esse regime político. A impessoalização reside na perda da subjetividade, ou seja, da ausência da qualidade de pessoa em construção com autonomia e compromisso com a esfera pública<sup>12</sup>. A ascensão das massas tipifica um fruto claro da despersonalização, pois engloba a reunião de indivíduos "sem individualidade", indiferentes ao próximo, alheios à alteridade e dispersos em questões supérfluas.

Parece-me que, para Arendt, o que caracterizava o crime contra a humanidade era precisamente a destruição da "natureza humana", que consistia em impedir o ser humano de tornar-se "algo eminentemente não-natural", isto é, um "ser humano", como indicamos acima. Isso é alcançado nos campos de extermínio, seguramente, mas esta não é certamente a única tecnologia política de fabricação da superfluidade. A superfluidade é produzida pelo despojamento dos elementos constitutivos de uma vida humana em meio a outros seres humanos, como os direitos reciprocamente assegurados, os costumes e princípios compartilhados e o espaço de aparência que permite a afirmação e a manifestação da singularidade única de cada indivíduo por meio do discurso e da ação (CORREIA, 2023, p. 128).

A atomização social é o reflexo da perda da noção de cidadania, da decadência do espírito de comunidade e do sufocamento sistemático do participativismo político<sup>13</sup>. Enfim, o projeto derradeiro do totalitarismo é impedir a formação de indivíduos realmente livres, dotados de uma consciência moral genuína e engajados publicamente. A essência do nazifascismo é a supressão da liberdade e da própria política. Destarte, o totalitarismo almeja, em última instância, a primazia do "homem supérfluo". Nas palavras de Arendt (2012, p. 609):

Podemos dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos. Os que manipulam esse sistema acreditam na própria superfluidade tanto quanto na de todos os outros, e os assassinos totalitários são os mais perigosos porque não se importam se eles próprios estão vivos ou mortos, se jamais viveram ou se nunca nasceram. O perigo das fábricas de cadáveres e dos poços do esquecimento é que hoje, com o aumento universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos.

A impessoalização supramencionada está na base da noção de banalidade do mal. Quando Hannah Arendt se depara, de forma atenta, com Eichmann<sup>14</sup>, não consegue extrair dele nenhuma profundidade eminentemente diabólica<sup>15</sup>. Ele

---

são de pouca valia e ainda menos consolo – permanece o fato de que a crise do nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante, como ficaram, a despeito de derrotas passageiras, outras formas de governo surgidas em diferentes momentos históricos e baseadas em experiências fundamentais – monarquias, repúblicas, tiranias, ditaduras e despotismos".

<sup>12</sup> Esfera pública representa o espaço de busca pelo bem comum e pelo estabelecimento de consensos. Trata-se do ambiente do exercício da intersubjetividade dialógica.

<sup>13</sup> Arendt compreende a liberdade como um fato político genuíno. A liberdade se manifesta nas relações intersubjetivas presentes no espaço público. Nesse sentido, sua compreensão de liberdade dialoga com os valores de autogoverno e autolegislação. "A concepção de liberdade em Arendt e Tocqueville escapa à dicotomia liberal entre liberdade negativa *versus* liberdade positiva colocando a liberdade como algo exterior à política. Mas vincula a liberdade individual à experiência de autogoverno – para Arendt, é no espaço público que os indivíduos se reconhecem como livres e iguais; para Tocqueville, a independência individual está estreitamente ligada à livre participação dos cidadãos nos negócios públicos" (CHAVES, 2022, p. 518).

<sup>14</sup> Embora defendesse a captura de Eichmann e seu julgamento em Israel, Arendt tinha compreensão da complexidade que o julgamento suscitava. Nesse sentido, ela "[...] identificou numerosas dificuldades que o caso colocava, por sua própria natureza, no que diz respeito, por exemplo, a questões de jurisdição e à definição do tipo de crime e de criminoso aplicáveis a Eichmann e a seus efeitos. A clara percepção da relevância do julgamento levou Arendt a refletir sobre possíveis justificativas ou acomodações jurídicas para o fato do rapto, da inexistência do Estado de Israel na época dos crimes, da retroatividade da lei israelense e da exigência de um tribunal internacional no caso do julgamento de crimes contra a humanidade" (CORREIA, 2023, p. 93).

<sup>15</sup> "[...] quando ela se deparou com Eichmann – aquele burocrata responsável pelo transporte de milhares de judeus para vários campos de extermínio na Europa – e seus discursos carregados de clichês, foi um verdadeiro anticlímax, pois havia um enorme descompasso entre a magnitude dos crimes cometidos e aquela figura normal, superficial, um verdadeiro misólogo. Eis ali, cercado por uma cabine de vidro, um tipo ideal do mal banal. Pelos depoimentos prestados, ela percebeu que Eichmann não era vilão e nem antisemita, mas era um lídimo representante da banalidade do mal" (MORAES, 2016, p. 18-19).

nem sequer matou, de forma direta e pessoal, um judeu. Enfim, não havia nele um traço de maldade latente e explícita<sup>16</sup>; pelo contrário, os psiquiatras o consideravam um homem sadio e normal pelos critérios de avaliação psicológica.

Teria sido realmente muito reconfortante acreditar que Eichmann era um monstro [...]. O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais (ARENDR, 1999, p. 299).

Importante ressaltar que Eichmann fazia questão de explicitar sua postura de "homem de bem", cumpridor das leis, que pautava suas ações por uma "obediência cadavérica". No entendimento do oficial alemão, a fiel execução das normas instituídas pelo Estado representava uma virtude por excelência, um imperativo moral. Desse modo, no nazismo, o mal era a prática reiterada/ordinária e o bem, por sua vez, tornou-se uma tentação. "No terceiro *Reich*, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhecem – a tentação" (ARENDR, 1999, p. 167). Tamanha foi a dimensão da maldade nesse período que os integrantes do partido nazista tratavam o assassinato a partir de uma lógica centrada na administração burocrática, isto é, com base numa racionalidade instrumental.

Fazia parte do nazismo, aliás, tratar o assassinato de forma burocrática, usando palavras como "evacuação" para falar de sequestro seguido de extermínio. Para falar dos campos de concentração, Eichmann usava o termo

"administração". Em vez de campos de extermínio, ele usava o termo "economia". Sobre os atos que contribuíram para o sofrimento de milhões de pessoas, referia-se aos "atos de rotina". Dentro do nazismo, foram criados muitos homens como Eichmann: assassinos em massa que nunca mataram, homens maldosos que acreditavam nunca terem cometido o mal (CARVALHO, 2020, p. 127).

Diante dos fatos supracitados, percebe-se que Eichmann não estava em posse de uma qualidade indispensável para o desenvolvimento de um indivíduo autêntico e genuíno, a saber: o pensamento próprio, a autonomia intelectual, fruto de um diálogo socrático consigo mesmo<sup>17</sup>. Numa perspectiva kantiana<sup>18</sup>, sua figura representava os homens que, a despeito da idade, não alcançaram a maioridade e permaneceram nos limites da heteronomia. Ademais, o oficial nazista, em sua argumentação, aproveitava-se de frases prontas e meros clichês<sup>19</sup>, os quais refletiam uma profunda carência de originalidade nas habilidades comunicacionais. Outro elemento no comportamento de Eichmann que pode ser categorizado como traço nítido da banalidade do mal é a preocupação exagerada com a carreira pessoal. Desde que fosse bem remunerado e reconhecido por seus esforços profissionais, ele não enxergava, em suas práticas, características vis e imorais. Pode-se dizer, de certa forma, que não havia a intenção primordial de um mal em si, mas a obediência às leis, o prestígio profissional e o progresso na carreira individual.

<sup>16</sup> "Não havia nele nenhum traço de ódio insano aos judeus ou algum fanático antissemitismo. Vários psiquiatras, a propósito, atestaram que Eichmann era um homem absolutamente sadio e que sua atitude com sua família era amável. Portanto, Eichmann era terrivelmente normal: nem sádico, nem pervertido, nem monstruoso, mas assustadoramente normal. A pergunta que se apresenta a nós é: como um homem absolutamente comum, sem nenhum traço maligno, foi capaz de contribuir para um dos maiores crimes da história" (CARVALHO, 2020, p. 127).

<sup>17</sup> "O pensar é o diálogo silencioso solitário entre mim e mim mesmo, é o estar consciente de mim-mesmo" (MORAES, 2016, p. 20). O diálogo silencioso consigo mesmo consiste na solidão. "Em solidão, ao fazermos companhia a nós mesmos, somos capazes da experiência do pensamento. A matéria-prima que é modelada pelo pensar é a experiência. A solidão de quem pensa, de forma alguma, é desconectada de experiências, sejam elas pessoais, históricas, culturais ou fictícias" (ASSY, 2015, p. 89).

<sup>18</sup> O paralelo com Immanuel Kant (2009) é importante em razão das noções kantianas de autonomia da vontade e imperativo categórico, compreendido enquanto um comando moral que relaciona um dever-ser estabelecido pela razão prática. Numa perspectiva moral, o entendimento de liberdade enquanto autonomia da vontade está de acordo com uma compreensão de moralidade enquanto expressão das leis da liberdade. Dessa forma, o agir moral é um agir livre em conformidade com o dever, o qual se encontra ancorado numa perspectiva de dignidade humana, a saber: o homem não como meio, mas como fim. Desse modo, instrumentalizar os indivíduos é uma violação clara ao dever.

<sup>19</sup> "Eichmann, apesar de sua má memória, repetia palavra por palavra as mesmas frases feitas e clichês semi-inventados (quando conseguia fazer uma frase própria, ele a repetia até transformá-la em clichê) toda vez que se referia a um incidente ou acontecimento que achava importante. Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mais porque se cercava do mais confiável de todos os guarda-costas contra as palavras e a presença de outros e, portanto, contra a realidade enquanto tal" (ARENDR, 1999, p. 62).



Destarte, não se trata de um mal típico dos vilões clássicos da literatura ou um mal diabólico e sobrenatural, mas um mal que, por não ter raízes, espalha-se rapidamente. “O maior mal não é o radical, não possui raízes e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo” (ARENDR, 2004, p. 160). A prática do mal não pressupõe necessariamente a maldade, pois o mal pode conviver com a normalidade, ou seja, com o cotidiano das pessoas, em sua simplicidade e ordinariedade.

Veja, portanto, que não se trata do mal de homens que se julgam santos ou salvadores da humanidade [...]. Trata-se de um pai de família comum que tolerou os horrores nazistas ou aderiu a eles. Esse, para Arendt, é “o grande criminoso do século”: um homem que, para defender sua aposentadoria, seu seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos se disporia a sacrificar a própria honra e dignidade. Eichmann admirava Hitler não por ele ser um genocida ou um ditador, mas por ele ser um *case* (para usar uma expressão do mundo corporativo) de sucesso pessoal, o cabo que se tornou um dos homens mais poderosos do mundo. Pode-se concluir que o mal de Eichmann não é o mal do pecado de que falam as religiões, nem o mal dos vilões da literatura ou dos quadrinhos, que são movidos por inveja, trauma ou ressentimento. Seu mal é um mal moderno – um mal que, por não ter motivos especiais, pode ser um mal infinito (CARVALHO, 2020, p. 129).

Em vista disso, a memória seletiva, a busca crescente por ascensão social, o desejo constante pelo sucesso financeiro, a irreflexão e o desinteresse pelo bem comum na esfera pública podem originar males mais nefastos do que as

grandes artimanhas e planos diabólicos de um vilão clássico. Portanto, é imperioso afirmar a eminência da liberdade humana e de sua potencialidade na promoção dos valores morais autênticos. Obviamente, usar a liberdade para o bem é algo custoso, pois se trata de uma tarefa árdua. Na conjuntura de Eichmann, fazer o mal era extremamente fácil, quase que automático, pois bastava o mero cumprimento de ordens dos superiores, ou seja, bastava seguir os ditames da cosmovisão majoritária. Os homens passaram a ser “supérfluos”, isto é, meras engrenagens e ferramentas em um sistema burocrático.

O mal do nazismo instrumentalizava toda a complexidade da realidade social. Eis a desumanização empreendida pelo totalitarismo. Ao abdicarem da autonomia do pensamento<sup>20</sup>, os funcionários alemães abandonaram as principais características e atributos que os qualificavam como pessoas, como indivíduos no sentido rigoroso. A industrialização da morte e a racionalidade instrumental da burocratização destruíram os fundamentos a partir dos quais o processo de formação da subjetividade se desenvolve, quais sejam: a alteridade e a consideração pela dignidade do outro<sup>21</sup>.

A desumanização é implementada pela desconsideração da dignidade do seu semelhante. Pois, quando se nega a dignidade do outro, nega-se a própria dignidade, pois ações de barbárie, violência racionalmente implementadas, retiram a capacidade de empatia com o outro (PRESOT, 2013, p. 6).

<sup>20</sup> “Não é o assassinato que é perdoado, mas o assassino, a sua pessoa, assim como ela aparece nas circunstâncias e intenções. O problema com os criminosos nazistas foi precisamente que eles renunciaram voluntariamente a todas as qualidades pessoais, como se não restasse ninguém a ser punido ou perdoado. Eles protestaram repetidas vezes, dizendo que nunca tinham feito nada por sua própria iniciativa, que não tinham tido nenhuma intenção, boa ou má, e que apenas obedeceram a ordens. Em outras palavras: o maior mal perpetrado é o mal cometido por ninguém, isto é, por um ser humano que se recusa a ser uma pessoa. Dentro da estrutura conceitual dessas considerações, poderíamos dizer que o malfeitor que se recusa a pensar por si mesmo no que está fazendo e que, em retrospectiva, também se recusa a pensar sobre o que faz, isto é, a voltar e lembrar o que fez (que é *teshuvah*, isto é, arrependimento), realmente deixou de se constituir como alguém. Permanecendo teimosamente como ninguém, ele se revela inadequado para o relacionamento com os outros que, bons, maus ou indiferentes, são no mínimo pessoas” (ARENDR, 2004, p. 177).

<sup>21</sup> A relação com o outro ocupa um dos principais aspectos da ética proposta por Emmanuel Levinas. Em contraposição ao pensamento de Sartre segundo o qual “o inferno são os outros”, Levinas enxerga no envolvimento com o outro o principal traço da libertação genuína. Sob essa perspectiva, para o pensador judeu em questão, a Ética ocupa uma proeminência em relação à Ontologia. O filósofo disse que uma de suas inspirações para a defesa da ética da alteridade foi no campo de prisioneiros. Os soldados alemães os tratavam de forma desumana e degradante durante todo o dia. Não obstante, havia um momento de descontração à noite, quando um vira-lata se introduzia no campo e recebia os prisioneiros latindo e rodopiando com entusiasmo e alegria. “E eis que, em meio a um longo período de cativo – por algumas curtas semanas – um cão errante entra em nossa vida. Ele veio um dia se juntar à turba, quando ela retornava do trabalho sob boa guarda. Ele sobrevivia em algum canto selvagem, nos arredores do campo. Mas nós o chamamos de Bobby, um nome exótico, como convém a um cão querido. Ele aparecia nos encontros matinais e nos esperava na volta, saltitando e latindo alegremente. Para ele – isso era incontestável – nós éramos homens. Graças aos olhos de adoração no animal, os homens eram lembrados todos os dias do que significava ser reconhecido por outro ser” (LEVINAS, 2006, p. 234).



## 2 A literatura de testemunho de Primo Levi: a desumanização nos campos de extermínio

Acerca da temática da desumanização, é premente, conforme destacado anteriormente, reiterar as reflexões de Primo Levi, sobretudo, em sua obra *É isto um homem?*.

Primo Levi é um dos mais significativos escritores europeus do segundo pós-guerra. Nascido em Turim, o químico de origem judaica é representante incontestável, um ícone da vertente de escritores/técnicos/cientistas na literatura italiana (MACIERA, 2019, p. 95).

Ele foi capturado pelo governo fascista italiano e deportado como judeu para Auschwitz<sup>22</sup>. Importante destacar que o ponto de partida de sua produção literária foi a experiência num campo de prisioneiros. Numa primeira análise, insta trazer à baila a influência de sua formação científica na maneira como procurou, inicialmente, compreender a dinâmica do universo concentracionário. Ao se deparar com as nuances de Auschwitz, Levi procura entender seu funcionamento com um olhar investigativo, típico da "curiosidade dos naturalistas"<sup>23</sup>. Desse modo, as tentativas de sistematização e previsão estão presentes em sua obra, mais nitidamente em suas descrições minuciosas, em sua capacidade analítica<sup>24</sup> de apresentar os fatos ocorridos e na realização de uma espécie de "taxonomia e etnografia do campo de concentração".

A lógica, a precisão, a concisão e o descritivismo – características que podem ser associadas à escrita científica – fazem parte da linguagem de Levi de maneira determinante. O trabalho técnico do químico é espelhado igualmente no trabalho técnico do escritor [...]. Irrefutavelmente, a literatura de Primo Levi é construída a partir da ciência e com a ciência. Para ele, o ato de escrever, de fazer literatura,

era também um trabalho técnico, como aquele do químico. Ou seja, toda a literatura de Levi provém de uma mente acostumada a raciocinar segundo os parâmetros da ciência (MACIERA, 2019, p. 98-102).

Além da presença de elementos oriundos da formação científica do autor, o livro é caracterizado por uma orientação teleológica, ou seja, por um propósito social, o qual não se resume a uma apresentação de um relato histórico (uma espécie de memorialística do campo de concentração), mas, primordialmente, ao destaque de uma teoria, a saber: o medo do diferente é algo instintivo da natureza humana e, quando não se encontra ordenado, não representa uma ameaça substancial. Todavia, quando se torna premissa de um silogismo maior, ou seja, quando é sistematizado, há o perigo latente dos campos de extermínio. Nas palavras de Primo Levi (1998, p. 7):

Muitas pessoas ou povos podem chegar a pensar, conscientemente ou não, que "cada estrangeiro é um inimigo". Em geral, essa convicção jaz no fundo das almas como uma infecção latente; manifesta-se apenas em ações esporádicas e não coordenadas; não fica na origem de um sistema de pensamento. Quando isso acontece, porém, quando o dogma não enunciado se torna premissa maior de um silogismo, então, como último elo da corrente, está o Campo de extermínio.

Como um humanista e um intelectual politicamente engajado, Levi tem o compromisso de evitar a repetição do fenômeno supracitado. Desse modo, o trabalho de memória realizado por ele é caracterizado por uma reconstrução intencional dos fatos, ou seja, é marcado por uma constante tentativa de moldar e trabalhar com a memória tendo em vista o fim de transmitir uma lição, estruturada pelo objetivo de realizar um estudo de certos aspectos da alma humana.

<sup>22</sup> Primo Levi foi preso pelo governo fascista em razão de seu envolvimento em movimentos políticos de resistência, mas é deportado como judeu. Foi deportado em 1944, ou seja, já muito tarde, num período em que o governo nazista não matava de forma gratuita.

<sup>23</sup> "Eu tinha um desejo intenso de entender, pois constantemente me invadia a curiosidade, que para alguns podia até parecer cinica, do naturalista que se percebe transportado subitamente a um ambiente monstruoso, que no entanto é novo, monstruosamente novo" (LEVI, 1997, p. 87).

<sup>24</sup> O olhar investigativo de Primo Levi guarda uma relação íntima com a sua formação como químico. Desse modo, a produção literária de Levi é caracterizada pela fusão entre a cultura humanística e a cultura científica. Não obstante, o autor não se vincula ao cientificismo. "O que poucos se discutiu até hoje é como essa necessidade de narrar e compreender nasce exatamente da mente científica e analítica do autor. E considerar a ciência como base de seus escritos é, de fato, a condição necessária para a leitura de toda a sua obra [...]. A ciência e a técnica, na perspectiva do autor, têm um caráter ambivalente, no qual as duas faces têm que ser consideradas: se, por um lado, podem transformar positivamente a realidade, portanto equilíbrio, por outro lado, podem ser responsáveis por transformações capazes de levar a humanidade e o planeta ao caos" (MACIERA, 2019, p. 98-102).

Diante do exposto, é necessária uma breve exposição sobre a obra em si. Em termos gerais, o livro é dividido em três partes, a saber: a iniciação (primeiro momento com o campo), a habituação e, por fim, a libertação. Levi se vale de muitos recursos literários, entre os quais: as elipses, o retrato da vida antes da deportação para frisar o que foi perdido e, por fim, técnicas para fazer com que o leitor seja mergulhado nas angústias do autor, despertando, assim, uma "empatia limitada". As elipses revelam o pudor do escritor, pois não há, nas páginas do texto, uma descrição direta, intensa e explícita dos atos cruéis, cabendo ao leitor preencher o ocorrido mediante a imaginação. Por certo, algumas temáticas ocupam maior relevância, tais como: a desumanização, a despersonalização, a perda da consciência, a massificação, a saída da civilização e, por fim, a alteridade e o espelhamento. A desumanização, cujas nuances serão tratadas melhor posteriormente com o estabelecimento de um paralelo com a banalidade do mal, consiste na "perda de si mesmo" e na perda da consciência, no sufocamento das qualidades verdadeiramente humanas, como a alteridade, o desenvolvimento efetivo do pensamento, da autonomia e da autorrealização. Ademais, cabe ressaltar que a despersonalização é holística, não afetando somente os prisioneiros, como também os guardas e oficiais nazistas. Em relação à perda da consciência e da dessubjetivação dos prisioneiros, Levi (1998, p. 33) pondera:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido da dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão

"Campo de extermínio", bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo.

A questão da alteridade, expressa, sobretudo, na temática do espelhamento, tipifica um traço importante da literatura de testemunho de Primo Levi, pois o autor, embora ateu, manifesta uma profunda ligação e conexão com a comunidade judaica, ou seja, apesar da ausência de um comprometimento religioso, o escritor possui laços íntimos com os traços culturais e étnicos do povo judeu. Para reforçar a identificação supracitada, Levi se vale constantemente da primeira pessoa do plural, como no exemplo a seguir:

Muitos de nós ficaram na frente daquela porta; desceu dentro de nossas almas, nova para nós, a dor antiga do povo sem-terra, a dor sem esperança do êxodo, a cada século renovado [...]. Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem (LEVI, 1998, p. 16-32).

O tema concernente ao processo de "saída da civilização" dialoga intimamente com a concepção do campo de prisioneiros como um universo concentracionário. A passagem da civilização para a "barbárie" implica a suspensão do julgamento moral, isto é, a moralidade, tal como a conhecemos no ambiente ordinário de socialização e institucionalização, não pode ser aplicada às nuances morais da vida no campo de extermínio. Desse modo, Levi não se preocupa em condenar moralmente os indivíduos, suas ações e posturas. A rejeição ao essencialismo e a negação do maniqueísmo são traços perceptíveis na literatura "primoleviana". Ademais, é premente ressaltar a intertextualidade com a obra *A divina comédia*, de Dante Alighieri<sup>25</sup>. Ao ingressar na barbárie, o autor, paralelamente a Dante, entrou no inferno. Portanto, há um movimento de "descida". Quando Levi entra para o Kommando<sup>26</sup> Químico, há uma mudança no sentido de elevação e individualização,

<sup>25</sup> A referência aos escritos de Dante é explícita na seguinte passagem: "Um soldado alemão, hirtó de armas. Não dava para enxergá-lo, devido à escuridão fechada, mas sentíamos seu contato duro, cada vez que uma sacudida do veículo nos atirava embotados para a direita ou para a esquerda. Ligou uma lanterna de mão, e, em vez de gritar: 'Ai de vós, almas danadas!' perguntou gentilmente, um a um, em alemão e em francês, se tínhamos relógios ou dinheiro para dar-lhe; de qualquer modo, já não nos serviriam para nada. Não se tratava de uma ordem nem de um regulamento, mas visivelmente de uma pequena iniciativa pessoal do nosso Caronte. Isso causou entre nós raiva, riso e um estranho alívio" (LEVI, 1998, p. 23-24).

<sup>26</sup> Os Kommandos eram unidades de trabalho constituídas por prisioneiros dos campos de extermínio.

como se o escritor fosse levado para o purgatório, saindo, assim, do "mundo dos condenados".

Uma reflexão importante acerca da temática da "saída da civilização" consiste num paralelo com uma discussão filosófica presente nos escritos dos contratualistas sobre a natureza humana e o comportamento dos indivíduos caso as barreiras civilizatórias fossem destruídas. Levi não constata um fatalismo pessimista, pois atesta que a postura dos homens, no estado de barbárie, não é uniforme e nem todos tendem direta e imediatamente para a "selvageria". Apesar do ambiente degradante e desumano, alguns prisioneiros demonstravam um anseio em formar uma organização, mesmo que limitada e precária. Alguns se apegavam a questões morais para que não se desumanizassem totalmente. Destarte, para o autor em questão, a saída da civilização não acarreta necessariamente a perda total de vestígios dos valores da sociedade<sup>27</sup>. Para reafirmar tal tese, Levi se vale de alguns exemplos, entre os quais o prisioneiro Steinlauf, que demonstra um apego à higiene como tentativa de preservar a humanidade, e Lourenço, cujos atos de generosidade despertaram no autor a consciência de sua qualidade como indivíduo. Por certo, a tese de Steinlauf é extremamente impressionante e acaba por refletir, de forma categórica, a tentativa de se apegar a um vestígio civilizatório para se reafirmar como homem<sup>28</sup>.

[...] as palavras do ex-sargento Steinlauf do exército austro-húngaro [...] seu sentido não esqueci nunca mais, era esse: justamente porque o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial para esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização [...]. Portanto, devemos nos lavar sim; ainda que sem sabão, com essa água suja e usando o casaco como toalha (LEVI, 1998, p. 54-55).

O exemplo de Lourenço é importante, sobre-

tudo, porque expressa a imprescindibilidade do Outro para a compreensão da dignidade própria, dialogando, assim, com a ética da alteridade proposta por Levinas. Por meio do gesto de solidariedade de Lourenço, Levi resgata o senso de humanidade e é despertado para uma esperança, ainda que limitada, nos valores morais, os quais se encontravam em um processo constante de destruição empreendido sistematicamente pelo campo de extermínio.

Bem, entre mim e Lourenço não aconteceu nada disso. Não sei se tem sentido identificar as causas pelas quais a minha vida, só a minha entre milhares de vidas equivalentes, pôde resistir à prova; em todo caso, creio que devo justamente a Lourenço o fato de estar vivo. E não só por causa de sua ajuda material, mas por ter-me ele lembrado constantemente (com a sua presença, com esse seu jeito tão simples e fácil de ser bom) que ainda existia um mundo justo, fora do nosso; algo, alguém, ainda puro e íntegro, não corrupto nem selvagem, alheio ao ódio e ao medo; algo difícil de definir, uma remota possibilidade de bem pela qual valia a pena conservar-se [...]. Lourenço era um homem; sua humanidade era pura, incontaminada, ele estava fora desse mundo de negação. Graças a Lourenço, não esqueci que também era um homem (LEVI, 1998, p. 180).

A questão da esperança ocupa um lugar de relevância na literatura primoleviana. O autor a caracteriza como um dos "paradoxos enlouquecedores"<sup>29</sup>, pois o excesso de esperança é um risco, já que a expectativa pela libertação e o sonho com uma vida nova geram frustração pela situação atual. Não obstante, a escassez da esperança implica a perda das forças e sufoca, gradativamente, o instinto de sobrevivência. De qualquer forma, o autor não encontra nos elementos da esperança as raízes para a sua capacidade de ter enfrentado cotidianamente a realidade do campo.

Cedo ou tarde, na vida, cada um de nós se dá conta de que a felicidade completa é irrealizável; poucos, porém, atentam para a reflexão oposta: que também é irrealizável a infelici-

<sup>27</sup> Levi destaca que o instinto de sobrevivência tipifica um dos traços de humanidade. Desse modo, quando alguns prisioneiros, durante as trocas comerciais no campo, "passavam a perna" em outros numa tentativa de obter vantagens e ganhos para a sobrevivência, o autor respira "aliviado", pois contempla nessa postura um vestígio de humanidade, ainda que não aos moldes da generosidade de Lourenço.

<sup>28</sup> Conforme destacado por Irving Howe, a temática da manutenção do ser é um dos grandes traços da literatura do holocausto.

<sup>29</sup> Outro "paradoxo enlouquecedor" reside na própria estratégia de sobrevivência nos campos de extermínio. Aqueles que possuem as maiores chances de sobrevivência no campo são aqueles que, em condições normais de civilização, seriam taxados como "loucos, criminosos, potencialmente hostis", ou seja, fora do campo, seriam presos ou internados em hospitais psiquiátricos.

dade completa. Os motivos que se opõem à realização de ambos os estados-limite são da mesma natureza; eles vêm de nossa condição humana, que é contra qualquer "infinito". Assim, opõe-se a esta realização o insuficiente conhecimento do futuro, chamado de esperança no primeiro caso e de dúvida quanto ao amanhã, no segundo. Assim, opõe-se a ela a certeza da morte, que fixa um limite a cada alegria, mas também a cada tristeza [...]. Foram justamente as privações, as pancadas, o frio, a sede que, durante a viagem e depois dela, nos impediram de mergulhar no vazio de um desespero sem fim. Foi isso. Não a vontade de viver, nem uma resignação consciente (LEVI, 1998, p. 17-18).

Se para Levi a esperança aparece como paradoxo e um risco, para Viktor Frankl (1905-1997), neuropsiquiatra austriaco e sobrevivente do holocausto, ela resplandece como o grande motivo pelo qual encontrou forças para resistir ao processo de desumanização do campo de prisioneiros. Para Frankl (1989), esperança é encontrar propósito e significado no sofrimento, sendo o amor a plena realização das ações humanas. Importante ressaltar que, para o pensador supracitado, o materialismo, isto é, a convicção segundo a qual a realidade humana pode ser reduzida aos processos físico-químicos e aos eventuais traços da determinação econômica, representa um perigo constante para a dignidade humana, o preparativo mais explícito dos ideais dos campos de extermínio, as raízes e heranças terríveis dos regimes totalitários.

Não foram apenas alguns ministérios de Berlim que inventaram as câmaras de gás de Maidanek, Auschwitz, Treblinka: elas foram preparadas nos escritórios e salas de aula de cientistas e filósofos niilistas, entre os quais se contavam e contam alguns pensadores anglo-saxônicos laureados com o Prêmio Nobel. É que, se a vida humana não passa do insignificante produto acidental de umas moléculas de proteína, pouco importa que um psicopata seja eliminado como inútil e que ao psicopata se acrescentem mais uns quantos povos inferiores: tudo isto não é senão raciocínio lógico e consequente (FRANKL, 1989, p. 45).

Ademais, a leitura do neuropsiquiatra afirma que as origens do totalitarismo estão justamen-

te na crise de sentido, ou seja, na ausência de um propósito genuíno para as ações humanas. O hedonismo, o utilitarismo, o racionalismo e o materialismo foram incapazes de fornecer um significado efetivo<sup>30</sup> para as condutas individuais e, por conseguinte, os homens foram tomados por um vazio valorativo, que foi facilmente aproveitado pelos regimes ditatoriais, os quais atribuíram aos ditames do poder político um direcionamento social, um guia para as atividades dos cidadãos. Nesse sentido, afirma Frankl (2014, p. 25):

Quando me perguntam como explicar o advento desse vazio existencial, cuido então de oferecer a seguinte fórmula abreviada: em contraposição ao animal, os instintos não dizem ao homem o que ele tem de fazer e, diferentemente do homem do passado, o homem de hoje não tem mais a tradição que lhe diga o que deve fazer. Não sabendo o que tem e tampouco o que deve fazer, muitas vezes já não sabe mais o que, no fundo, quer. Assim, só quer o que os outros fazem – conformismo! Ou só faz o que os outros querem que faça – totalitarismo.

Após uma breve exposição sobre os aspectos centrais da literatura de testemunho de Levi, é premente a realização de uma abordagem mais direta entre as teses da desumanização e da banalidade do mal, a começar por uma passagem do livro *É isto um homem?*, a saber:

Embarcaram-nos, então, nos ônibus e nos levaram até a estação de Cárpi. Lá nos esperavam o trem e a escolta para a viagem. E lá recebemos as primeiras pancadas, o que foi tão novo e absurdo que não chegamos a sentir dor, nem no corpo nem na alma. Apenas um profundo assombro: como é que, sem raiva, pode-se bater numa criatura humana? (LEVI, 1998, p. 16-17).

Diante do exposto, percebe-se a dimensão holística da desumanização, que não se restringiu aos prisioneiros, mas foi estendida, mesmo que de outra forma, aos oficiais nazistas. O sentimento de raiva é genuinamente humano e a violência advinda de uma cólera momentânea, ainda que caracterizada como reprovável moralmente,

<sup>30</sup> Para o filósofo Giovanni Reale (1999, p. 17), "a raiz de todos os males que atingem o homem hoje encontra-se exatamente no niilismo". No entanto, para Alasdair MacIntyre, os males morais contemporâneos encontram suas origens na incapacidade iluminista de justificar a moralidade. Desse modo, as cosmologias supracitadas, como o racionalismo, materialismo e utilitarismo, as quais formaram o escopo das teses iluministas, apresentam uma fragilidade em relação aos valores morais. De certa forma, a reflexão de Frankl está presente na obra de MacIntyre (2021).

encontra respaldos na natureza humana. Não obstante, os soldados alemães batiam nos prisioneiros sem a menor manifestação de raiva latente ou cólera. Por certo, a racionalidade instrumental das técnicas totalitárias de estabelecimento do poder político e a industrialização da morte explicam o tratamento da violência, por parte dos funcionários nazistas, como uma prática ordinária e corriqueira, associada ao cumprimento de uma lei e dever. A burocratização do homicídio em massa contou com a participação de cidadãos comuns e de servidores públicos, os quais foram transformados em criminosos, mas sem o aspecto do mal radical e explicitamente "diabólico".

Uma figura importante no relato de Levi, que dialoga com as reflexões acerca da banalidade do mal, é o arquétipo do "muçulmano, o *Muselman*", comumente chamado, ao longo do livro, de submerso ou afogado. Além do arquétipo supra-mencionado, que será abordado posteriormente, a ocorrência de um fenômeno chamou a atenção de Primo Levi, trata-se da "zona cinzenta", "um campo onde há um embaralhamento no conjunto de princípios e condutas, uma conjunção entre vítimas e algozes, em que muitas vezes o oprimido se torna o opressor – por uma série de razões" (OLIVEIRA, 2017, p. 106-107). A desumanização holística e a banalidade do mal impediam uma clara delimitação entre opressores e oprimidos. Sendo assim, as relações de poder não tinham tão somente um aspecto vertical, visto que interações horizontais de violência também integravam a vida no universo concentracionário dos campos de prisioneiros. "Repleta de uma banalidade do mal horizontal e generalizada, trata-se de um espaço confuso e liminar, composto de uma classe híbrida de homens com contornos mal definidos" (OLIVEIRA, 2017, p. 107).

Não obstante, a conjunção circunstancial de funções não implica a eliminação de diferenciação entre vítimas e opressores. Por certo, o limite é tipificado por uma linha tênue, mas não deixa de existir, pois os prisioneiros que colaboraram com os nazistas não recebem a condenação

moral categórica dirigida aos soldados alemães. Os funcionários do campo devem ser "punidos e execrados", enquanto os prisioneiros supracitados devem ser "lamentados e ajudados" (LEVI, 2004, p. 21).

Os SS maus e brutos, os *Kapos*, os políticos, os criminosos, os "proeminentes" grandes e pequenos, até os *Häftlinge* indiscriminados e escravos, todos os degraus da hierarquia insensata determinada pelos alemães estão, paradoxalmente, juntos numa única e íntima desolação (LEVI, 1998, p. 124).

Muitos entravam na chamada "zona cinzenta", principalmente, com o intuito de evitar a fome e o frio. Desse modo, qualquer conforto oferecido pelos funcionários do campo já era motivo suficiente para a traição, isto é, para os prisioneiros adentrarem na categoria de opressores de seus semelhantes<sup>31</sup>. Interessante ressaltar que Levi frisa como toda a disposição do campo de concentração era projetada, de forma intencional, para a consolidação do processo de desumanização, para que os indivíduos se tornassem assassinos de si mesmos, pois o "nós perdia seus limites". A massificação reinava, fazendo com que os homens fossem impenetráveis para os seus próprios companheiros. Destarte, a atomização representava o traço distintivo daquele universo concentracionário, visto que o isolamento dos indivíduos e a despersonalização tipificavam os objetivos derradeiros das práticas do campo de prisioneiros. Um dos exemplos que atestam a afirmação supracitada reside na situação de não comunicação entre os prisioneiros. Geralmente, os oficiais nazistas não colocavam num mesmo alojamento judeus oriundos do mesmo país. A não comunicação era um requisito indispensável para a perda da subjetividade, pois a degradação da linguagem implica a ruína do pensamento e, por conseguinte, da formação da pessoa humana.

De certo modo, os prisioneiros também viveram de forma radical essa condição de não-comunicação. Quem não falava alemão era considerado de imediato um bárbaro, um infante abandonado. Se alguém insistia em expressar-se na própria língua, era preciso fazê-lo

<sup>31</sup> "Acontecerá ainda que a sua capacidade para odiar, frustrada frente aos opressores, se volte, incessantemente, contra os oprimidos; ele ficará satisfeito ao descarregar sobre seus subordinados a ofensa que recebeu de seus chefes" (LEVI, 1998, p. 92).

calar a gritos e pancadas; e se no momento de uma ordem alguém hesitava em obedecê-la, já vinham os golpes certos, disciplinadores, pedagógicos- variante da linguagem do campo (OLIVEIRA, 2017, p. 121).

Um arquétipo importante nos campos de extermínio era a figura do *Muselmann*, símbolo do esforço promovido pelo nazismo em prol da desumanização e do esvaziamento da força vital dos prisioneiros. Nesse sentido, os chamados "muçulmanos" eram os prisioneiros fracos, sem a vivacidade necessária para a sobrevivência, submersos na desesperança, tomados pelo fatalismo, os que estavam fadados à "seleção final". Levi (2004, p. 121) os caracteriza como "personagens típicos, homens depauperados, com intelecto moribundo ou morto". No linguajar do campo, eles eram conhecidos como os "afogados", integrantes de uma massa incógnita de mortos-vivos, a expressão máxima da despersonalização e da perda da consciência, "vazios para poderem sofrer de verdade. Hesita-se chamá-los vivos: hesita-se a chamar de morte sua própria morte, que eles já nem temem, pois estão cansados demais para compreendê-la" (LEVI, 1998, p. 91). Os afogados<sup>32</sup>, em sua passividade absoluta, simbolizam a perda total da consciência e o fim da resistência ao processo de despersonalização. Em última instância, sua existência é qualificada por uma postura clara de desistência da força vital, a saber: o ato de sucumbir, caracterizado pela redução da personalidade do homem a um vazio, um nada destituído de qualquer positividade. Acerca do ato de sucumbir, Primo Levi (1998, p. 91) comenta:

Sucumbir é a coisa mais simples: basta executar todas as ordens recebidas, comer somente a ração oferecida, ater-se à disciplina do trabalho e do campo. A experiência demonstrou

que, desse modo, apenas excepcionalmente se pode aguentar mais do que três meses. Todos os muçulmanos que foram enviados à câmara de gás possuem a mesma história, ou, melhor dizendo, não têm história; seguiram a descida até o fundo, naturalmente, como os arroios que vão ao mar. Uma vez dentro do campo, ou devido à intrínseca incapacidade, ou à desventura, ou por um banal acidente qualquer, eles foram esmagados antes de conseguirem adaptar-se; ficaram para trás sem nem ao menos começarem a aprender o alemão ou a perceber alguma coisa no emaranhado infernal de leis e proibições.

Diante dos fatos supracitados, percebe-se a extensão da desumanização, engendrada, principalmente, pela banalidade do mal, cujos aspectos impedem a realização de uma análise maniqueísta e essencialista das categorias presentes nos campos de extermínio. Desse modo, o processo de despersonalização, que ocorreu diante da burocratização da morte e da racionalidade instrumental, atingiu não somente os prisioneiros, como também os funcionários e oficiais do governo alemão. Destarte, pode-se afirmar que a banalidade do mal apresenta uma dimensão holística e potencialmente destrutiva, capaz de generalizar a massificação, a perda da consciência moral e o esvaziamento efetivo do valor da dignidade humana.

A partir do relato de Arendt, penso que o nazismo teve dois tipos de vítimas: vítimas diretas – judeus e outras minorias e vítimas indiretas, os próprios alemães que participaram da máquina estatal executando as leis de Hitler, como demonstrado em situações indignas, pois negavam a natureza de ser pessoa, pelo processo de desumanização implementado nos campos de extermínio. Os atos do Estado nazista além de estruturar, implementar e executar homicídios em massa dos judeus, também transformaram pessoas comuns, cidadãos alemães, servidores públicos, em criminosos, gerando psicopatas sociais (PRESOT, 2013, p. 6-7).<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Em contraposição aos afogados, os "salvos" são aqueles que demonstram uma propensão ao não cumprimento efetivo das regras e, por conseguinte, possuem uma tendência ao risco, reflexo do anseio pela sobrevivência, isto é, do instinto pela preservação de sua força vital, da subjetividade.

<sup>33</sup> Na passagem em questão, a pesquisadora se vale do termo "vítimas" para se referir aos dois lados atingidos pelo processo de desumanização empreendido pelo totalitarismo nazista. Não obstante, a expressão "vítima" é muito forte para qualificar os funcionários alemães tomados pelo mal banal, visto que a responsabilidade moral pelos atos não é eliminada em razão da proliferação da banalidade do mal. Segundo Hannah Arendt, a subserviência dos oficiais e servidores ao projeto de desumanização totalitário não retira a culpabilidade deles na execução dos atos imorais. Desse modo, escreve Arendt (1999, p. 302): "Política não é um jardim de infância; em política, obediência e apoio são a mesma coisa. E assim como você apoiou e executou uma política de não partilhar a Terra com o povo judeu e com o povo de diversas outras nações – como se você e seus superiores tivessem o direito de determinar quem devia e quem não devia habitar o mundo –, consideramos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana haverá de querer partilhar a Terra com você. Esta é a razão, a única razão, pela qual você deve morrer na forca".

Em vista disso, a narrativa histórica de Hannah Arendt e os relatos de Primo Levi atestam os perigos da ascensão de uma mentalidade instrumental que reduz os homens a meros instrumentos e engrenagens de uma burocracia capaz engendrar atrocidades e violações expressas ao princípio da dignidade humana. A instrumentalização<sup>34</sup> da complexidade da realidade social e das relações humanas significa a negação da formação genuína da personalidade e, por conseguinte, representa uma rejeição expressa ao desenvolvimento de uma consciência moral atrelada aos valores axiológicos da liberdade enquanto autonomia da vontade, da justiça civil e da democracia. Por certo, conforme destacado por Levi e Arendt, as ameaças do totalitarismo e da desumanização empreendida nos campos de extermínio representam um perigo constante e não meramente uma hipótese distante ou um "terror impossível". Por fim, cabe ressaltar uma reflexão importante contida na obra *Eichmann em Jerusalém*, a saber:

É verdade que a dominação totalitária tentou estabelecer esses buracos de esquecimento nos quais todos os feitos, bons e maus, desapareciam, mas assim como estavam fadadas ao fracasso todas as tentativas nazistas, feitas de junho de 1942 em diante, de eliminar os vestígios dos massacres – por meio da cremação, da queima em poços abertos, do uso de explosivos e lança-chamas e máquinas trituradoras de ossos –, assim também todos os esforços de fazer seus oponentes "desaparecem em silencioso anonimato" foram em vão. Os buracos de esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobra um homem para contar a história. Portanto, nada pode ser "praticamente inútil", pelo menos a longo prazo (ARENDR, 1999, p. 254).

A passagem supracitada revela a importância da memória para o processo de explicação do ocorrido, dando destaque, sobretudo, aos sobreviventes e aos que presenciaram as tragédias realizadas pelo totalitarismo nazista. Ademais, é a partir do julgamento de Eichmann que os sobreviventes ganharam protagonismo para a compreensão do universo concentracionário dos campos de extermínio. Desse modo, Arendt frisa a inutilidade das ações daqueles que se esforçavam para encobrir a barbárie naqueles tempos sombrios e ressalta a centralidade da liberdade humana como oposição ao horror totalitário e a possibilidade da resistência, ainda que aparentemente limitada, ao mal. Se o mal tem uma dimensão banal, somente o bem tem profundidade, pois a prática do bem exige sacrifícios, renúncias e esforço pessoal.

Diante desse risco eminente de sempre retornar, o totalitarismo só pode ser combatido mediante a pequena esperança que se renova a cada novo nascimento. Não deixa de ser intrigante o fato de Hannah Arendt terminar seu livro com uma citação de Agostinho: "*Initium ut esset homo creatus est* – o homem foi criado para que houvesse um começo" (ARENDR, 2012, p. 639). Novos nascimentos, novos seres humanos, novos começos, esperança renovada de que o totalitarismo (a maior crise da modernidade) será vencido mais uma vez. O exercício do bem é uma esperança e, por certo, apesar dos horrores e da realidade hostil, ainda há esperança. O destaque para a fé na prática do bem como confiança na melhora social representa uma das grandes heranças deixadas pela obra de Arendt.

<sup>34</sup> Embora químico de formação, Levi não era ingênuo em relação ao progresso científico. Exemplo disso é a sua negação do cientificismo, pois o autor não considera a ciência um saber exclusivo e absoluto, mas engloba em suas análises o estilo literário, fazendo com que a literatura e a ciência culminassem numa produção complexa. "A convergência entre o pensamento científico e a criação artística revela que uma mesma sensibilidade subentende os dois saberes, permitindo a passagem da ciência ao sonho e vice-versa" (MONTEPERELLI, 2006, p. 10). Ademais, "o mito iluminista/positivista da ciência absoluta e exclusivamente racional não encontra no decorrer do século XX sua afirmação" (MACIERA, 2019, p. 95). A pretensão cientificista representa uma herança perigosa do totalitarismo e de sua perspectiva de técnica instrumental. Desse modo, o combate ao cientificismo é uma forma de combater as tendências de desumanização. Conforme afirma Habermas (2013, p. 13): "A crença cientificista em uma ciência que possa um dia não apenas complementar, mas substituir a autocompreensão pessoal por uma autodescrição objetivante, não é ciência, é má filosofia". Eric Voegelin considera a tendência de atribuir a um sistema de ideias a capacidade de compreensão holística da realidade uma herança do positivismo cientificista de Comte. "Comte pertence, juntamente a Marx, Lênin e Hitler, à série de homens que salvam a humanidade e a si mesmos pela divinização de sua existência particular e pela imposição de sua lei como a nova ordem da sociedade. O apocalipse satânico do Homem começa com Comte e tornou-se a sua assinatura na crise ocidental" (VOEGELIN, 2018, p. 223).



### 3 Ponderações acerca da despersonalização: uma análise a partir de Arendt e da literatura primoleviana

Por certo, as obras dos autores analisados servem como um alerta de que os perigos da impessoalização, do ódio sistematizado ao outro e da instrumentalização do homem<sup>35</sup> não são remotos e, por isso, devem ser identificados e, posteriormente, combatidos efetivamente. Conforme ressaltado por Levi, seu trabalho de memória apresenta, em seu âmago, um propósito genuinamente social, um compromisso com as tentativas de impedir a repetição da barbárie efetuada pelo projeto totalitário alemão. Para Arendt, a esperança reside na busca constante da liberdade pela Ação Política<sup>36</sup>, isto é, pelo participativismo<sup>37</sup> dos homens na vida comunitária e pela construção de princípios verdadeiramente republicanos. Trata-se da retomada do ideal de "vida ativa". Enfim, para a pensadora em questão, a valorização do espaço público, a busca coletiva pelo bem comum e a prática das virtudes cívicas<sup>38</sup> são antídotos contra o mal banal. "Arendt sustenta que a liberdade só se manifesta na esfera

pública, quando os indivíduos encontram seus semelhantes para construir algo em comum, e não no âmbito privado ou no íntimo em comum" (BARROS, 2020, p. 64).

O resgate da ideia segundo a qual a liberdade adquire substância na participação política e no pleno exercício dos direitos na esfera pública constitui uma das grandes contribuições de Arendt para os debates concernentes ao republicanismo. Na própria definição de política, a autora a compreende enquanto uma esfera que trata da pluralidade dos homens e da convivência entre os diferentes (LEITE, 2022, p. 37).

Além do apreço pela construção da esfera pública<sup>39</sup>, outro antídoto reside na consideração da dignidade da pessoa humana baseada em valores axiológicos legítimos, desconsiderando, assim, pretensões científicas, que desprezam, em última instância, as outras formas de conhecimento em detrimento da superioridade das ciências naturais ou físicas. A base do princípio da dignidade da pessoa humana reside numa reflexão acerca de valores, isto é, numa consideração axiológica. Todavia, as ciências físicas não produzem valores e não possuem a capacidade

<sup>35</sup> Acerca da instrumentalização do homem, C.S. Lewis (2017, p. 60) afirma: "Cada poder conquistado pelo homem também é, ao mesmo tempo, poder sobre o homem [...] porque o poder do homem de torná-lo aquilo que ele quiser na verdade significa, como vimos, o poder de alguns homens de fazer o que eles quiserem de outros homens [...] uma vez que tenhamos vendido nossas almas, ou seja, nós mesmos, o poder assim conferido não pertencerá a nós. Não seremos, na verdade, nada mais que escravos e marionetes daqueles que vendemos nossas almas. Está no alcance do Homem o poder de tratá-lo como mero 'objeto natural', bem como seus próprios juízos de valor como matéria-prima para manipulação científica". Na passagem supracitada, Lewis condena a instrumentalização do homem favorecida pelos ideais materialistas e científicas.

<sup>36</sup> "Por meio da ação os homens mostram quem são, suas identidades, em contraposição ao que são, suas qualidades e defeitos. A revelação das subjetividades permite distinguir a ação política de outra ação qualquer, sem a qual a política confunde-se com fabricação, ou seja, não passa de um meio de se produzir um objeto, de se atingir um fim. Como produto de processos lógicos e mecânicos, a política sem o livre agir torna-se algo artificial e fica impossibilitada de criar o novo, de apresentar soluções originais para aporias dos assuntos humanos. Restringindo-se ao político especialista como único ser dotado da técnica de governo, a ação política reduz-se à produção de uma sociedade estagnada, propicia a uma ação dominadora" (TELES, 2019, p. 10-11).

<sup>37</sup> Hannah Arendt está em um diálogo com o liberalismo conservador e o republicanismo neo-ateniense. A influência do liberalismo conservador é expressa, sobretudo, pelos ruídos dos escritos de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville na filosofia da pensadora alemã, principalmente, em suas críticas ao revolucionarismo francês. Ademais, há uma rejeição do materialismo histórico-dialético, da sua tendência de supervalorização do trabalho e das questões econômicas, visto que a plenitude do homem reside na fruição da liberdade enquanto um fato político genuíno. Em relação à adesão ao republicanismo neo-ateniense, é possível afirmar que a ênfase no participativismo e na esfera pública são traços nitidamente republicanos nas ponderações de Arendt. É preciso ressaltar que enquadrar Arendt em uma ou outra categoria, seja a de leitura liberal conservadora ou de esquerda, vai contra a própria resistência de Arendt em se enquadrar. Não obstante, seus diálogos com a tradição do liberalismo conservador e com algumas matrizes republicanas são nitidos. Em vista disso, insta trazer à baila as considerações dispostas na obra *O Dia da glória chegou: Revolução, opinião e liberdade em Tocqueville e Arendt* de Rosângela Chaves (2022, p. 19): "É bem verdade que Arendt admitia ser admiradora da obra de Tocqueville. O autor parisiense figura entre os seus 'heróis' do pensamento ocidental – aqueles que, como Maquiavel e Montesquieu, e a exemplo dela mesma, conduziram suas reflexões sem se desviar do real, da concretude do mundo público. A autora também o cita profusamente no ensaio *Sobre a revolução*, Tocqueville é mencionado mais de 20 vezes".

<sup>38</sup> As virtudes cívicas estão relacionadas, principalmente, ao princípio de supremacia do interesse público em detrimento dos interesses e paixões particulares.

<sup>39</sup> Acerca da ênfase de Arendt em uma concepção de liberdade que se realiza na esfera pública, Rosângela Chaves (2022, p. 21) afirma: "A tese que se sustenta aqui, portanto, é a de que é possível extrair das reflexões de Tocqueville e Arendt uma versão convergente de republicanismo, no empenho de cada um desses autores em recuperar os ideais de espírito público e de participação ativa na vida pública como remédios republicanos que podem combater novos despotismos surgidos na modernidade. No entanto, o republicanismo tocquevilliano e o republicanismo arendtiano, atentos às complexidades das sociedades democráticas modernas e, por isso, longe de proporem um modelo utópico de organização política calcado na formação de cidadãos patrióticos imbuídos de uma mesma vontade, realçam a pluralidade inerente à esfera pública".

ou a força motivacional para sustentar o plano do dever-ser, pois o seu escopo se encontra no plano do ser. Portanto, não há uma espécie de completude ou integralidade nas ciências naturais. Em razão da insuficiência das ciências físicas no âmbito dos valores, conclui-se que pretensões científicas não possuem capacidade para justificação da dignidade humana.

Ademais, o cientificismo guarda uma conexão íntima com o fisicalismo, doutrina filosófica que entende ser possível uma compreensão total dos fenômenos da experiência a partir de descrições puramente científicas dos aspectos físicos. No relato de Primo Levi, a figura do "afogado" é a expressão máxima da consideração da vida humana a partir de uma visão pautada tão somente pelo fisicalismo e mecanicismo, ou seja, pela "existência biológica" e pelos aspectos objetivos da experiência. Todavia, a totalidade da experiência humana envolve outro aspecto além da dimensão objetiva, a saber: a vivência subjetiva. Desse modo, ao se concentrar apenas na esfera objetiva, o fisicalismo desconsidera a dimensão do subjetivo, indispensável para uma consideração integral da realidade humana. Por certo, a valorização efetiva da dignidade humana, imprescindível para evitar a lógica da instrumentalização, pressupõe uma abordagem total e holística da experiência do homem. Desse modo, como as teses fisicalistas e mecanistas se afastam de uma abordagem integral da experiência humana, não há nelas um apreço pela dignidade dos indivíduos. Portanto, o fisicalismo potencializa a lógica da instrumentalização.

Além disso, é premente romper com a noção de progresso, característica do iluminismo e de sua crença segundo a qual o desenvolvimento do saber científico implicaria necessariamente melhorias humanísticas, ou seja, uma prosperidade quantitativa e qualitativa da sociedade. O aperfeiçoamento do conhecimento científico, sobretudo da técnica, não veio sempre acompanhado por uma preocupação genuinamente humanística.

Sob essa perspectiva, é premente mencionar o caso do imperialismo e do neocolonialismo do século XIX, cujos anseios foram justificados pela teoria do "racismo científico", amplamente aceita nos meios de pesquisa e divulgação da ciência. Portanto, não é corretor afirmar que o desenvolvimento do saber científico está intimamente conectado com a potencialização de melhorias sociais. Conforme ressalta Ratzinger (2019, p. 18):

Se Kant e Hegel tivessem tido razão, o iluminismo em progresso deveria ter levado o homem a ser sempre mais livre, sempre mais racional, sempre mais justo. Em vez disso, surgindo da sua profundidade, sobem aqueles demônios que com tanto entusiasmo tínhamos declarado mortos, ensinando aos homens a sentir o temor do seu próprio poder e impotência; da sua capacidade de destruição; da sua impotência de encontrar-se a si mesmo e tornar-se senhor da sua própria desumanidade.

Apesar da grande importância dos "antídotos" supracitados, o remédio derradeiro contra a despersonalização empreendida pelo governo totalitário é, por óbvio, a humanização, ou seja, a formação de si, o desenvolvimento próprio das potencialidades, o aperfeiçoamento como indivíduo autêntico e a sensibilidade para com o Outro. Conforme destacado anteriormente, o totalitarismo representa um regime político centrado na efetivação da instrumentalização das realidades humanas, da atomização social e da despersonalização. Desse modo, a valorização do processo de humanização, o destaque para a formação autêntica de si e a ênfase na alteridade tipificam, em última instância, atos de resistência contra a tendência totalitária.

Ademais, o grande perigo da contemporaneidade reside na massificação, na reificação do homem, isto é, em sua "coisificação" e na mercantilização das relações sociais<sup>40</sup>. A conjugação dos fatores supramencionados acarreta um impedimento ao processo de construção de si mesmo como pessoa autêntica. Eis o grande desafio: guiar o homem para o seu aperfeiçoamento moral e para sua formação como indivíduo

<sup>40</sup> Sob essa perspectiva, Joseph Campbell realiza uma reflexão sobre a temática da despersonalização contemporânea associada com o drama do personagem Darth Vader na saga *Star Wars*. Em vista disso, afirma o autor: "As máscaras de monstro, usadas pelos atores de Guerra nas estrelas, representam a verdadeira força monstruosa, no mundo moderno. Quando a máscara de Darth Vader é retirada, você vê um rosto informe, de alguém que não se desenvolveu como indivíduo humano. É um burocrata, que vive não nos seus próprios

verdadeiramente livre. Na realidade, a formação de si e o aperfeiçoamento como indivíduo autônomo são os antídotos apontados por José Ortega y Gasset (1883-1955) contra o fenômeno do "Homem-massa".

Cada indivíduo deve procurar a sua condição autêntica, expressando, sentindo e pensando a cada momento a sua verdade interior. Existe um aspecto de obrigatoriedade à transparência existencial em José Ortega y Gasset, no sentido em que cada indivíduo deve assumir um papel assertivo no processo de autorrealização contínua que é a vida (SIMÕES, 2012, p. 9).

Por fim, cabe ressaltar a imprescindibilidade da compreensão segundo a qual o Estado não constitui a totalidade da existência humana e, por conseguinte, não possui legitimidade moral para atuar, de forma explícita e arbitrária, em determinados aspectos da realidade humana, isto é, em atividades eminentemente destinadas à autogestão dos indivíduos organizados em associações e instituições. Certamente, o Estado totalitário reivindica para si a total influência e controle sobre as dimensões sociais e aspectos do cotidiano. Não obstante, certas atividades humanas são destinadas, originalmente, aos indivíduos na livre fruição de seus direitos básicos atrelados à formação de associações. Desse modo, a afirmação da autonomia dos indivíduos na autogestão de certos aspectos da realidade humana transparece a carência de legitimidade moral da atuação total do poder político na vida social, pois a totalidade da existência humana transcende os limites da política estatal. Em vista disso, afirma Joseph Ratzinger (2019, p. 72):

O Estado não constitui a totalidade da existência humana e não abarca toda a esperança humana. O homem e sua esperança vão além do Estado constituído e da esfera da ação política. Isso vale não apenas para um Estado como a Babilônia, mas para qualquer Estado. O Estado não é o *totum*: isso alivia os políticos, abrindo-lhes ao mesmo tempo o caminho da política racional. O Estado romano era falso justamente por querer ser o *totum*

das possibilidades e vontades humanas. Com isso, pretende ser o que não pode; deturpa e reduz o homem. Através da mentira totalitária, torna-se demoníaco e tirânico. A abolição do totalitarismo estatal desmistifica o Estado, libertando tanto os homens quanto a política e os políticos.

Diante dos fatos supracitados, percebe-se a imprescindibilidade de um compromisso efetivo com a dimensão axiológica do princípio da dignidade da pessoa humana, encarada, sobretudo, a partir da questão da alteridade, da formação do indivíduo como pessoa autêntica, do participativismo na esfera pública<sup>41</sup> e na oposição aos ideais de instrumentalização das realidades sociais. A literatura de testemunho de Primo Levi e as reflexões de Arendt acerca da banalidade do mal servem como um alerta acerca dos perigos do totalitarismo, enquanto uma ameaça constante, e dos potenciais destrutivos da despersonalização, associada ao processo de destruição da consciência moral autônoma, do espírito comunal e da liberdade enquanto fato político genuíno.

### Considerações finais

A temática da desumanização representa um assunto típico da literatura judaica do holocausto, pois exprime a potencialidade de degradação da dignidade humana empreendida pelo totalitarismo, compreendido enquanto um regime político construído a partir da atuação total do Estado na sociedade, ou seja, do controle pelo poder político tanto da esfera pública quanto da esfera privada. Na concepção de Hannah Arendt, para assegurar uma gestão holística da vida social, o poder público se vale, principalmente, de três medidas, quais sejam: a impessoalização, a manipulação das massas e a atomização social. É sabido que a impessoalização, também qualificada como desumanização e despersonalização, reside, sobretudo, na redução do indivíduo a um vazio, fruto do esvaziamento da consciência moral

termos, mas nos termos de um sistema imposto [...]” (CAMPBELL, 1998, p. 154. Numa análise semelhante, atesta Primo Levi (1998, p. 132): “Eles povoam minha memória com sua presença sem rosto, e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que me é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento”.

<sup>41</sup> É importante destacar que para Arendt os espaços da política não são reduzidos aos espaços da comunidade. Nesse sentido, os espaços políticos adquirem maior dimensão e extensão.

e da perda das qualidades indispensáveis para a formação de si mesmo como pessoa autêntica e autônoma.

A manipulação das massas é uma consequência direta do processo de impessoalização e tipifica a formação de um conjunto de indivíduos inaptos para o exercício do espírito comunal, incapacitados para a intersubjetividade dialógica, alheios ao seu semelhante, mergulhados na passividade absoluta, indiferentes aos valores de construção da ação política genuína e às virtudes cívicas. Segue-se, portanto, que a predominância da indiferença acarreta a decadência da esfera pública, pois sua construção e sobrevivência, enquanto o ambiente da intersubjetividade dialógica, pressupõem a vivência de um espírito comunitário e a prática das virtudes cívicas. Depreende-se daqui que a manipulação das massas, como resultado da desumanização, ao generalizar a indiferença e comprometer o desenvolvimento da intersubjetividade e da ação política, implica a derrocada da esfera pública.

A atomização social consiste no isolamento dos indivíduos, mais especificamente na incapacidade de construção de conexões sociais baseadas na alteridade e no reconhecimento do outro. Nesse sentido, a inaptidão para o estabelecimento de uma ligação efetiva com o próximo, traço típico da atomização, revela, em última instância, uma desumanização, visto que a impessoalização representa a atenuação crescente das qualidades próprias de uma pessoa autêntica, entre as quais: o desenvolvimento individual a partir do envolvimento com o próximo, ou seja, da própria alteridade. Portanto, a atomização social, enquanto uma impossibilidade de vivência efetiva das relações sociais, tipifica uma consequência do processo de desumanização, que impede o aperfeiçoamento de uma qualidade indispensável para a construção de ligações profundas com o próximo.

Em sua obra *Eichmann em Jerusalém*, Arendt discorre sobre as relações entre o totalitarismo e a banalidade do mal, afirmando que a desumanização apresenta uma ligação íntima com a proliferação de um mal caracterizado pela

supressão da consciência moral num contexto de instrumentalização das realidades humanas, de burocratização da violência e "normalização da barbárie". Nesse sentido, a tese da banalidade do mal aborda a temática da despersonalização a partir dos objetivos do regime totalitário, quais sejam: o sufocamento da individualidade, o controle integral do Estado sobre a totalidade das atividades sociais e a transformação dos cidadãos em meras engrenagens de um sistema essencialmente estruturado para a aniquilação da autonomia na esfera da moralidade.

A literatura de testemunho de Primo Levi apresenta como temáticas principais a desumanização e a perda da consciência moral no universo concentracionário nazista. Um aspecto eminente nas reflexões do autor em questão reside na sua percepção de que a extensão da despersonalização foi holística, não somente vivenciada pelos prisioneiros, como também pelos oficiais e funcionários alemães. Levi relata como a violência representava o cotidiano do campo, como ela era encarada a partir de uma "burocratização da barbárie" e da "industrialização da morte". Desse modo, os guardas dos campos de extermínio, quando batiam nos cativos, não manifestavam sinais de cólera ou ira, traços e sentimentos humanos, mas encaravam as tarefas de punição como "atos de rotina", "normalizados pela burocracia". Portanto, percebe-se que a despersonalização apresenta uma relação explícita com a extensão do fenômeno da banalidade do mal. Ademais, cabe ressaltar que a literatura de Levi não deve ser encarada tão somente como uma espécie de "memorialística do campo de concentração", visto que sua obra apresenta um propósito socialmente estabelecido. Como humanista e um intelectual politicamente engajado, o autor possui o compromisso de combater os vestígios e reminiscências do totalitarismo, sobretudo, com o intuito de evitar a repetição da barbárie.

Por fim, com base na exposição das obras e reflexões de Levi e Arendt, foi estabelecida uma ponderação acerca das posturas de oposição aos traços cruciais do totalitarismo. Nesse sentido,

o artigo pontuou algumas questões eminentes para o fortalecimento do ideal axiológico do princípio da dignidade da pessoa humana, a saber: a valorização da esfera pública, o destaque para o participativismo por meio das virtudes cívicas, a imprescindibilidade da formação de si como instrumento crucial para a humanização, a necessidade da alteridade para o desenvolvimento de um indivíduo autêntico e, por fim, o combate ao cientificismo e às visões de instrumentalização das realidades humanas. Destarte, a oposição aos mecanismos de desumanização é uma postura de oposição aos vestígios do totalitarismo.

## Referências

- ARENDRT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDRT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva; Instituto Norberto Bobbio, 2015.
- BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de. *Liberdade política*. São Paulo: Edições 70, 2020.
- BAUER, Yehuda. *Rethinking the holocaust*. New Haven: Yale University Press, 2001.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. 16. ed. Entrevista concedida a Bill Moyers. Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- CARVALHO, Daniel Gomes de. *Filosofia para mortais: pensar bem para viver bem*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.
- CHAVES, Rosângela. *O dia de glória chegou: revolução, opinião e liberdade em Tocqueville e Arendt*. São Paulo: Edições 70, 2022.
- CORREIA, Adriano. *O caso Eichmann: Hannah Arendt e as controvérsias jurídicas sobre o julgamento*. São Paulo: Edições 70, 2023.
- FRANKL, Viktor. *Sede de sentido*. Tradução: Henrique Elfes. São Paulo: Quadrante, 1989.
- FRANKL, Viktor. *The unheard cry for meaning: Psychotherapy & Humanism*. New York: Simon and Schuster, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. *Fé e saber*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- HOWE, Irving. A escrita e o holocausto. *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, São Paulo, n. 2, p. 11-37, 1999.
- KANT, Immanuel. *A fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Discurso Editorial Barcarolla, 2009.
- LEITE, Leonardo Delatorre. *Direito de resistência na tradição republicana*. Curitiba: CRV, 2022.
- LEVI, Primo. *Conversazioni e interviste*. Turim: Einaudi, 1997.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LEVINAS, Emmanuel. Nom d'un chien ou le droit naturel. In: LEVINAS, Emmanuel. *Difficile liberté: essais sur le judaïsme*. Paris: Albin Michel, 2006. p. 232-235.
- LEWIS, Clive Staples. *A abolição do homem*. Tradução: Gabriele Greggersen. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- MACIERA, Aislan Camargo. Primo Levi: a química entre literatura e ciência. *Caderno de Letras, Pelotas*, n. 34, p. 89-126, 2019.
- MACINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude: um estudo sobre teoria moral*. Campinas: Vide, 2021.
- MONTEPERELLI, Francesca. *Tra Frankenstein e Prometeo: mitti della scienza nell'immaginario del'900*. Napoli: Liguori, 2006.
- MORAES, Gerson Leite de. O Mal Banal e a difícil tarefa do perdão. *Revista Estudos Filosóficos*, São João del-Rei, n. 17, p. 16-29, 2016.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. O testemunho ético de Primo Levi sobre a zona cinzenta: um problema de julgamento e representação. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 13, p. 103-130, 2017.
- ORWELL, George. *O Que é Fascismo? E Outros Ensaios*. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- POLANYI, Michael. *A lógica da liberdade: reflexões e réplicas*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.
- PRESOT, Regiane Sousa de Carvalho. Hannah Arendt e Primo Levi: reflexões sobre o estado totalitário. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, João Pessoa, p. 1-15, 2013.
- RATZINGER, Joseph. *Liberar a liberdade: fé e política no terceiro milênio*. Tradução: Rudy Albino de Assunção. São Paulo: Paulus, 2019.
- REALE, Giovanni. *O saber dos antigos: terapia para os tempos atuais*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- SIMÕES, Helena. A metafísica do humano em José Ortega y Gasset e Juan Ramón Jiménez. *Cultura*, Lisboa, v. 30, p. 253-274, 2012.
- TELES, Edson. *Ação política em Hannah Arendt*. São Paulo: Almedina, 2019.

VOEGELIN, Eric. *A crise e o apocalipse do homem: história das ideias políticas*. Tradução: Elpidio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É realizações, 2018. v. 8.

---

### Leonardo Delatorre Leite

Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa CAPES/PROSUC Mod. II. Graduando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em História pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista PIBIC- CNPq (2018-2020). Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do grupo de pesquisa "Religião, Memória e Cultura" (Orientado pelo Prof. Dr. Gerson Leite de Moraes) do Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT) da UPM.

---

### Gerson Leite de Moraes

Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP (PUCCAMP – 2003), doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (PUCSP – 2008) e doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas/SP (IFCH/UNICAMP – 2014). Licenciado em História (1996). Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul (1999), graduado em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP (2006), bacharel em Filosofia pela FFLCH.

---

### Endereço para correspondência:

LEONARDO DELATORRE LEITE

Maria Antônia, 76

Vila Buarque, 01222010

São Paulo, SP, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*